

Perguntas FAQ Cotação Eletrônica – Normas e Sistema

Seção 1: Aferição dos valores

1.1. Na prática, o que é unidade gestora?

O conceito de unidade gestora tem natureza orçamentária. Em consonância com [prejulgamento do TCEMG](#) (Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), esclarece-se que a unidade gestora corresponde “ao órgão ou entidade que promove a contratação, assim entendida a **unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.**”

Assim, orienta-se que seja adotado, neste primeiro momento, o entendimento de que cada órgão ou entidade possui uma unidade gestora, não devendo equiparar-se a unidade gestora à unidade orçamentária. Acreditamos que os órgãos de controle irão estabelecer contornos mais claros para esse conceito com a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 por mais órgãos e entidades.

1.2. Quais parâmetros podem ser utilizados para classificação de ramo de atividade/partição econômica do mercado?

A Resolução Seplag nº 34/2023 **não delimita a forma de classificação do ramo de atividade/partição econômica de mercado, cabendo a cada órgão ou entidade identificar os parâmetros mais adequados e convenientes à realidade do objeto da contratação.**

O órgão ou entidade deve avaliar como é a partição do mercado em relação aos fornecedores aptos ao fornecimento ou à prestação do serviço de interesse da Administração.

1.3. Para aferição dos valores, conforme disposto no art. 3º da Resolução Seplag nº 34/2023, deve-se considerar toda vigência do contrato?

Sim. Para aferição dos valores relativos à dispensa em função do valor, **deve-se considerar toda a vigência contratual e as prorrogações previstas.** Caso o valor estimado para toda duração da contratação ultrapasse o limite legal, não é possível realizar a dispensa por valor, mesmo que o valor despendido em cada exercício financeiro esteja dentro dos limites.

1.4. Para determinado ramo de atividade, é possível realizar mais de um procedimento de contratação por dispensa em função do valor, até o limite de valor?

Sim, **para determinado ramo de atividade, é possível realizar mais de um procedimento de contratação por dispensa em função do valor, até o limite de valor.** Destaca-se, contudo, que a Lei Federal nº 14.133/2021 tem como princípio norteador o planejamento das contratações. Nesse sentido, o recomendado é que todas as contratações para determinado ramo de atividade sejam identificadas previamente, de forma a identificar o procedimento de contratação que garanta melhores condições para administração.

1.5. Qual o limite de valor e os procedimentos para utilização de registro de preços na hipótese de Cotep para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade?

Os procedimentos e regras para utilização de sistema de registro de preços (SRP) na hipótese de Cotep serão dispostos em regulamento específico de SRP.

Seção 2: Instrução do procedimento

2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é um documento obrigatório para instrução do procedimento de Cotep?

Não. Conforme disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da [Resolução Seplag n.º 115, de 29 de dezembro de 2021](#), **nas hipóteses de dispensa de licitação é facultada a elaboração de ETP**, mediante justificativa aprovada pela autoridade competente. Assim, o ETP não é um documento obrigatório para instrução do procedimento de Cotep.

2.2. A análise de riscos é um elemento obrigatório para instrução do procedimento de Cotep?

Não. A **análise de riscos** constitui estudo realizado pelo órgão ou entidade quanto aos problemas que podem ocorrer no decorrer das contratações e **é um elemento facultativo** para instrução do procedimento de Cotep..

2.3. O que é o parecer técnico, de que trata o inciso IV do art. 6º da Resolução Seplag nº 34/2023? Sua inclusão é obrigatória para instrução do procedimento de Cotep?

O parecer técnico de que trata o inciso IV do art. 6º da Resolução Seplag nº 34/[2023](#) **relaciona-se ao objeto da contratação**. Enquadram-se como pareceres técnicos aqueles de áreas técnicas do órgão ou entidade contratante, ou de áreas centrais, como do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado de Minas Gerais (Cetic) ou do Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin). Assim, **a necessidade de inclusão de parecer técnico para instrução do procedimento de Cotep varia conforme a natureza do objeto**, devendo-se observar as legislações e orientações estaduais vigentes.

2.4. O parecer jurídico é um elemento obrigatório para instrução do procedimento de Cotep?

Não. Conforme disposto no § 5º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/23, **é a autoridade jurídica máxima que tem como competência exclusiva dispor sobre a dispensa de análise jurídica nos processos de contratação**. Nesse sentido, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, deve-se observar ato do Advogado-Geral do Estado quanto à possibilidade de dispensa do parecer jurídico para instrução do procedimento de Cotep.

Atualmente, a [Resolução AGE nº 178, de 31 de março de 2023](#), prevê no inciso I do seu art. 1º **que fica dispensada a análise jurídica para as contratações por dispensa de licitação** nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, de forma que o **parecer jurídico não é um elemento obrigatório para instrução do procedimento de Cotep**.

2.5. Qual a forma de divulgação do aviso de realização da Cotep?

O aviso de realização da Cotep deverá ser divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme disposto no art. 8º da Resolução Seplag nº 34/2023. No caso de Minas Gerais, todas as Coteps realizadas no Portal de Compras MG conforme NLLC terão o aviso divulgado de forma automática no PNCP, por meio de integração entre os sistemas.

Adicionalmente, será encaminhada automaticamente divulgação do procedimento por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – Cagef, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

Seção 3: Pesquisa de preços e orçamento estimado

3.1. Como realizar a pesquisa de preços concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, de que trata o § 1º do art. 14 da Resolução Seplag nº 34/2023?

A **estimativa de preços para a contratação deverá ser calculada conforme metodologia disposta na [Resolução Seplag nº 102/2022](#)**, e o cálculo deverá incidir sobre o conjunto de preços ofertados pelos fornecedores participantes da Cotepe, bem como, se for o caso, outros preços obtidos conforme os parâmetros da Resolução Seplag nº 102/2022.

Para pesquisa de preços concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa deve ser **realizado o registro formal nos autos da verificação da compatibilidade entre o lance vencedor e a estimativa de preços para a contratação** (realizada nos termos do parágrafo anterior).

No âmbito do Portal de Compras MG, após a sessão de lances, será habilitado campo no sistema para a inserção manual do orçamento estimado pelo responsável pelo procedimento de Cotepe.

3.2. Qual o procedimento a ser adotado caso a pesquisa de preço seja realizada concomitantemente no procedimento, e apenas um fornecedor apresente proposta?

Em primeiro lugar, é importante destacar que a regra de realização da estimativa de preços de forma concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, **modifica o momento de realização dessa estimativa de preços**, além de impor a exigência de que sejam considerados os preços de todos os fornecedores participantes da COTEPE.

Respeitadas essas duas particularidades, a regra não modifica as regras gerais para a realização de pesquisa de preços para as contratações. As regras gerais estão definidas na Resolução Seplag nº 102/2002 e devem ser observadas.

Destaca-se que, conforme disposto no art. 8º¹ da Resolução Seplag nº102/2022, para obtenção do orçamento estimado da contratação exige-se um conjunto de três ou mais preços. Apenas excepcionalmente é admitida a definição de orçamento estimado com base em menos de três preços, nos termos do § 3º do art. 8º² da Resolução Seplag nº102/2022. **Assim, na hipótese de procedimento com pesquisa de preço realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa**, caso apenas um fornecedor apresente a proposta, para continuidade do processo, será necessária justificativa nos autos pelos responsáveis pela elaboração da pesquisa de preços e aprovada pela autoridade competente.

¹ Art. 8º - Serão utilizados, como métodos para obtenção do orçamento estimado para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, observados os parâmetros previstos no art. 6º.

² § 3º - Excepcionalmente, será admitida a definição de orçamento estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos pelos responsáveis pela elaboração da pesquisa de preços e aprovada pela autoridade competente.

Outra alternativa pode ser a combinação do preço apresentado por este único fornecedor participante com preços obtidos a partir das demais fontes definidas no art. 6º da Resolução Seplag nº 102/2022.

3.3. Como será emitida a Declaração de Disponibilidade Orçamentária no caso de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta mais vantajosa?

Para estes casos, a Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira deverá ser elaborada e juntada aos autos da contratação no SEI, após a conclusão da etapa de lances, quando o orçamento estimado estiver definido, observando a regra do parágrafo único do art. 21 da Resolução Seplag nº 34/2023.

Destaca-se que no momento de cadastro do pedido de compra, permanece necessário informar a dotação orçamentária que fará frente às despesas com a contratação, no entanto, neste momento ainda não há valor definido.

3.4. O orçamento estimado ficará disponível para visualização do fornecedor?

Sim. Exceto nas hipóteses de orçamento sigiloso, previsto no art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, o orçamento estimado constará no aviso de contratação de Cotepe e será disponibilizado para visualização do fornecedor durante o procedimento no Portal de Compras MG.

Para o caso de orçamento estimado sigiloso, o preço somente ficará disponível após a homologação do procedimento.

3.5. Para o caso de COTEP deserta ou fracassada, poderá ser realizada contratação com proposta de fornecedor coletada durante a pesquisa de preços?

Conforme o art. 20 da Resolução Seplag nº 34/2023, no caso de a COTEP restar deserta ou fracassada, poderá ser utilizada proposta obtida na pesquisa de preço para contratação, desde que haja interesse do fornecedor, privilegiando-se os menores preços sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

Para que esse procedimento seja realizado no Portal de Compras, será necessário cadastrar um novo procedimento de dispensa de licitação para a contratação com o fornecedor da proposta obtida na pesquisa de preços.

Seção 4: Abertura do procedimento e envio de lances

4.1. Quem é o responsável pelo procedimento de Cotepe? O procedimento poderá ser conduzido pelo Agente de Contratação?

A Lei Federal nº 14.133/2021 não traz requisitos especiais quanto à designação do responsável pelo procedimento de contratação direta, inclusive aqueles realizados por meio de Cotepe, devendo-se observar o disposto no art. 7º³ dessa Lei. Nesse sentido, destaca-se a necessidade

³ Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

de o responsável pelo procedimento de Cotep ser devidamente qualificado para o desempenho de suas atividades.

O procedimento **poderá, a critério do órgão ou entidade, ser conduzido por agente de contratação, desde que seja observado o disposto** nas normativas estaduais, notadamente a Resolução Seplag nº 34/2023 e o [Decreto nº 48.587/2023](#).

4.2. Em quais hipóteses o responsável pelo procedimento deve estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances?

De forma análoga ao disposto no art. 57 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Resolução Seplag nº 34/2023 (em seu art. 7º, IV) prevê que **a definição de intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances da Cotep é uma faculdade da Administração**. Nesse sentido, objetivando a eficiência do procedimento, **o responsável pelo procedimento deve analisar a natureza do objeto e do mercado**, quanto à conveniência de se definir intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances.

4.3. Como será realizado o preenchimento das declarações pelos fornecedores?

No momento do cadastro da proposta pelo fornecedor, em observância ao disposto no art. 9º, II da Resolução Seplag nº 34/2023, ele deverá sinalizar que está de acordo com as declarações exibidas pelo sistema. Ressalta-se que essa ação é necessária somente para o primeiro lote do procedimento - o preenchimento não se repete nos demais lotes.

4.4. Foi retirado o cadastro de lance inicial da COTEP?

Sim. Com as novidades do procedimento definidas pela NLLC e a Resolução Seplag nº 34/2023, foi retirada a funcionalidade em sistema para cadastro de lance inicial pelo agente público.

4.5. O que é a estratificação da proposta?

Ao participar da etapa de lances, a proposta apresentada pelo fornecedor se refere ao valor global do lote. Quando finalizada a etapa de lances, quando o modo de julgamento for por lote, o fornecedor deverá apresentar nova proposta com os valores estratificados por item, ou seja, ele deve detalhar os valores unitários que irão compor o valor global do seu melhor lance.

4.6. Como será operacionalizado o sorteio previsto no artigo 13 da Resolução?

Conforme informado no artigo 13 da Resolução Seplag 34/2023, após a fase de lances, o sistema de cotação eletrônica irá ordenar os lances cronologicamente. Caso haja lances iguais, irá prevalecer aquele que foi recebido e registrado primeiro em sistema. Porém, caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, e não terem sido enviados lances, o sistema irá disponibilizar botão para a realização do sorteio. O responsável pelo procedimento deverá

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

acionar o botão para realização do sorteio, que será realizado automaticamente pelo sistema, de forma aleatória e imparcial entre as propostas empatadas, apresentando uma nova ordenação de classificação entre os fornecedores participantes.

Seção 5: Julgamento e Habilitação

5.1. Caso sejam apresentados na Cotep apenas propostas ou lances acima do orçamento estimado para a contratação, qual o procedimento a ser adotado?

Após o procedimento de envio de lances, é realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar. **Caso o preço da proposta classificada em primeiro lugar ultrapasse o preço estipulado para contratação, poderá ser realizada a negociação com o fornecedor para a obtenção de melhor preço.** Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de a mesma permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação.

Quando todas as propostas permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação, elas serão desclassificadas, em observância ao inciso III do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/21. Nesta hipótese, aplica-se o disposto no art. 20⁴ na Resolução Seplag nº 34/2023.

5.2. Empresas que não têm cadastro no CAGEF poderão participar da COTEP?

Para a participação nos procedimentos licitatórios realizados eletronicamente no Portal de Compras MG é obrigatório o credenciamento do fornecedor no CAGEF, nos termos do art. 8º do [Decreto nº 47.524/2018](#).

5.3. É possível realizar a habilitação de fornecedor caso o Certificado de Registro Cadastral (CRC) esteja vencido?

É preciso que o fornecedor tenha um cadastro válido no CAGEF para a participação em procedimentos licitatórios eletrônicos, nos termos do art. 18 do Decreto nº [47.524/2018](#).

Conforme disposto no § 1º do art. 17 da Resolução Seplag nº 34/2023, a verificação dos documentos de habilitação será realizada por meio de consulta ao Cagef. Todavia, conforme previsão no mesmo artigo, em seu § 3º, caso seja necessária a solicitação de documentos complementares àqueles constantes do CAGEF, o responsável pelo procedimento poderá solicitá-los ao fornecedor por meio do sistema. Essa hipótese se aplica a documentos que estejam com a data de validade expirada no Certificado de Registro Cadastral.

⁴ Art. 20 – No caso de o procedimento restar fracassado, o responsável pelo procedimento poderá:

I – fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação;

II – valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se

os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas; ou

III – republicar o procedimento.

Parágrafo único - O disposto nos incisos II e III do caput poderá ser utilizado nas hipóteses de não surgirem interessados no procedimento.

Seção 6: Impugnações e pedidos de esclarecimentos

6.1. A fase de impugnação/esclarecimentos para COTEP é realizada via sistema? Como será a comunicação com o fornecedor?

Do momento entre a disponibilização do Aviso da contratação direta da COTEP até a abertura das propostas, não há comunicação via sistema entre o fornecedor e a Administração. Eventuais dúvidas, impugnações ou esclarecimentos por parte do fornecedor devem ser encaminhados e tratados via e-mail ou SEI.

Seção 7: Atuação do responsável pelo procedimento no sistema

7.1. Em que momento o responsável pelo procedimento terá que acompanhar a COTEP?

O responsável pelo procedimento deve se organizar para acompanhar a COTEP em alguns momentos durante a fase de lances até a conclusão da análise da habilitação, para atuar nas ações específicas para a continuidade do processo, além de responder eventuais dúvidas no chat, que é a forma de comunicação durante a sessão.

Ressalta-se que o chat da sessão permanece ativo durante esse período, para a comunicação entre o fornecedor e o responsável. Recomenda-se, ainda, a ativação dos pop-ups de alerta do sistema.

7.2. Será comunicado via chat quando o fornecedor solicitar exclusão de lance?

Sim, o sistema enviará mensagem automática no chat para ciência do responsável pelo procedimento, bem como pop-up no navegador, quando houver solicitação de exclusão de lance do fornecedor.

7.3. É possível retornar fases na COTEP?

Sim, o retorno de fases é habilitado no sistema após a verificação da conformidade, etapa para classificação das propostas, e fica disponível até a etapa de habilitação. Não é possível realizar o retorno do processo para a fase de lances, nem após a adjudicação/homologação.

Seção 8: Regra de transição

8.1. No exercício financeiro de 2023, caso o órgão ou entidade já tenha realizado contratações por dispensa em função do valor, fundamentadas na Lei Federal nº 8.666/93, é possível realizar contratações por dispensa em função do valor fundamentadas na Lei Federal nº 14.133/21?

Sim. **No exercício financeiro de 2023, o órgão ou entidade poderá realizar contratações por dispensa em função do valor fundamentadas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 14.133/21.** Deverá ser observado, contudo, que o cômputo total das dispensas por valor realizadas, independente do regime, não poderá ultrapassar o limite estabelecido na Lei Federal nº 14.133/21, conforme regra disposta no parágrafo único do art. 23 da Resolução Seplag nº 34/2023.

Seção 9: Modelos de documentos

9.1. Existem modelos de documentos para realização da COTEP? (aviso de realização da COTEP; checklist)

Serão disponibilizados nas trilhas de aprendizagem, como sugestão, documentos para o aviso de realização da Cotep; modelo de proposta; checklist, termo de contrato.

Seção 10: Formalização de contrato

10.1. É possível realizar aditamentos em um contrato firmado mediante Cotep? Qual o prazo máximo de vigência de um contrato firmado mediante Cotep?

Sim. **É possível realizar aditamentos em um contrato firmado mediante Cotep**, desde que esta previsão conste no aviso de contratação e no contrato. Adicionalmente, deve-se: analisar a vantajosidade da manutenção da contratação e observar os limites de valor para dispensa, conforme o regime jurídico que fundamentou a contratação.

Sugerimos, quanto a estes limites, a leitura da pergunta do item 1.3.

10.2. Quando é necessária a formalização de contrato?

É obrigatória a formalização de termo de contrato para aquelas contratações que resultem em obrigação futura para Administração, em observância ao disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Seção 11: Outras informações

11.1. A Cotep poderá ser utilizada para Registro de Preços?

Sim, o § 6º do art. 82 da NLLC prevê a utilização do Registro de Preços para Dispensa. No entanto, o estado de Minas Gerais ainda não possui regulamento específico para essa hipótese. Assim, essa funcionalidade não está disponível em sistema e será desenvolvida futuramente.

11.2. Com relação a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Portal de Compras MG terá funcionalidade específica para executar o procedimento da COTEP?

Atualmente, as Empresas Estatais têm autonomia para utilizarem os Módulos da Cotação Eletrônica de Preços (COTEP) e do Pregão no Portal de Compras de Minas Gerais.

Esses módulos mencionados têm seus procedimentos definidos conforme Decreto nº 46.095, de 29 de novembro de 2012, e Resolução SEPLAG nº 106, de 15 de dezembro de 2012, para COTEP, e Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, para Pregão. Sendo assim, as funcionalidades não são orientadas por regulamentos específicos que regem as Empresas Estatais como a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e os Regulamentos Internos de Licitações e Contratações (RILC) editados por cada Empresa Estatal.

Tais módulos permanecerão disponíveis enquanto estiver em vigor a legislação que fundamente a sua utilização. Nesse sentido, é importante esclarecer que a NLLC define a data de 30 de dezembro de 2023, em seu art. 193, inciso II, como data limite para essa vigência.

A partir dessa data apenas os procedimentos licitatórios em andamento, que atendam a regra do art. 191 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, poderão ser realizados nesses módulos.

PERGUNTAS

8º BATE-PAPO DA NLLC: DISPENSA POR VALOR
SEPLAG/MG | 29 E 30 DE MARÇO DE 2023

Com a mudança de regulamentação, a orientação para as Empresas Estatais é a de que consultem suas assessorias jurídicas para que possam avaliar a utilização das novas soluções normativas e de sistema para a realização de Cotep.